

lavez coutinho

PAUTA TRIBUTÁRIA

Outubro 2026

Supremo Tribunal Federal

STF

STF exclui o ISS das bases de cálculo do PIS e da Cofins

RE 592.616 — Tema 118

O STF decidiu, por maioria, que o ISS não integra a base de cálculo do PIS e da Cofins, pois não constitui receita ou faturamento das empresas prestadoras de serviço. A definição sobre a modulação dos efeitos da decisão foi postergada para eventuais embargos de declaração.

STF exclui os créditos presumidos de ICMS das bases de incidência do PIS e da Cofins

RE 835.818 — Tema 843

O STF decidiu, por maioria, ser inconstitucional a inclusão dos créditos presumidos de ICMS nas bases de cálculo do PIS e da Cofins, por referidos créditos não configurarem receita ou faturamento do contribuinte, mas sim renúncia fiscal do estado.

Supremo Tribunal Federal

STF

STF delimita a inconstitucionalidade da contribuição para o Funrural

ADI 4.395

O STF reconheceu, por maioria, a inconstitucionalidade, no período até 31/12/2017, da contribuição para o Funrural incidente sobre a receita bruta do produtor rural pessoa física, inclusive quanto à responsabilidade das empresas adquirentes da produção pelo recolhimento por sub-rogação. A partir de 2018, a cobrança foi considerada constitucional, nos termos da Lei nº 13.606/2018.

STF reconhece imunidade de ITBI na integralização de capital

RE 1.495.108 — Tema 1.348

O STF decidiu, por maioria, que a imunidade do ITBI na integralização de imóveis ao capital social independe da atividade preponderante da empresa, mesmo nos casos de atividade imobiliária. A imunidade, contudo, não alcança os casos de comprovada simulação ou fraude e permanece limitada ao valor do capital social integralizado, conforme o Tema 796/STF.

Supremo Tribunal Federal

STF

STF limita a inconstitucionalidade do IPTU fixado de acordo com a área do imóvel

ARE 1.593.784 — Tema 1.455

O STF decidiu, por unanimidade, que a inconstitucionalidade do IPTU cuja alíquota seja fixada em razão da área do imóvel abrange apenas fatos geradores posteriores a 12/08/2026, ressalvados as cobranças anteriores ainda não pagas e os processos judiciais e administrativos pendentes de conclusão até a referida data.

STF exclui os expurgos inflacionários da correção monetária de depósitos judiciais

RE 1.141.156 — Tema 1.016

O STF decidiu, por maioria, que a correção monetária aplicada aos valores depositados judicialmente deve observar a legislação em vigência durante o período de custódia dos valores e não deve contemplar os expurgos inflacionários dos planos econômicos Bresser, Verão, Collor I e Collor II, declarados constitucionais na ADPF 165.

Supremo Tribunal Federal

STF

STF delimita a aplicação de multa às empresas endividadas que distribuem seus lucros

ADI 5.161

O STF fixou requisitos cumulativos para aplicação da multa de 50% às empresas que possuam débitos tributários com a União e distribuam lucros ou dividendos, quais sejam: (i) débito esteja inscrito em Dívida Ativa da União (DAU); (ii) não esteja com a exigibilidade suspensa e (iii) não esteja garantido.

Superior Tribunal de Justiça

STJ

STJ veda o aproveitamento de créditos de PIS e Cofins sobre o ICMS incidente nas aquisições

Tema Repetitivo 1.364

O STJ decidiu, por unanimidade, que é vedada a apuração de créditos de PIS e Cofins, no regime não cumulativo, sobre o valor do ICMS incidente nas operações de aquisição de bens e serviços, conforme restrição introduzida pela Lei nº 14.592/2023. O Colegiado entendeu que o legislador possui autonomia para estabelecer os critérios da não cumulatividade das contribuições e destacou a necessidade de coerência com o Tema 69/STF.

STJ afasta contribuição previdenciária e de terceiros sobre *stock options*

Tema Repetitivo 1.379

A 1ª Seção do STJ decidiu, por unanimidade, que não incidem contribuição previdenciária patronal e contribuições destinadas a terceiros no momento do exercício da opção de compra de ações por empregados e administradores em planos de *stock options*. O julgado reafirmou o entendimento do Tema 1.226/STJ, no sentido de que esses planos possuem natureza mercantil, já que a aquisição das ações envolve riscos de mercado e não constitui remuneração pelo trabalho.

Superior Tribunal de Justiça

STJ

STJ reconhece a relevância e julgará o creditamento de ICMS sobre insumos de frota própria

Tema de Relevância 1.477 (Controvérsia 771)

A 1ª Seção do STJ reconheceu a relevância da controvérsia sobre o direito ao creditamento de ICMS na aquisição de combustíveis, lubrificantes, pneus e peças utilizados no transporte de mercadorias por frota própria. No julgamento de mérito, a Corte definirá se esses produtos constituem insumos da atividade econômica, permitindo o creditamento, ou bens de uso e consumo, sujeitos às restrições da Lei Kandir. Foi determinada a suspensão em âmbito nacional dos processos sobre a matéria em fase recursal.

STJ reconhece relevância e julgará a legalidade da extinção antecipada do PERSE

Tema de Relevância 1.483

A 1ª Seção do STJ reconheceu a relevância da discussão sobre a extinção antecipada do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), após o atingimento do limite fiscal de R$ 15 bilhões previsto na Lei nº 14.859/2024. A afetação foi delimitada à controvérsia sobre a aplicação do art. 178 do CTN, para definir se o benefício, originalmente concedido por 60 meses, está protegido contra a revogação antecipada ou se o limite fiscal autoriza seu encerramento. O mérito ainda será julgado, tendo sido determinada a suspensão nacional dos processos sobre a matéria.

Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

CARF

CARF mantém a indedutibilidade da PLR paga a administradores empregados

Acórdão nº 1401-007.992

Por maioria, a 1ª Seção do CARF manteve a glosa da PLR na base de cálculo do IRPJ paga pela instituição financeira a membro do Conselho de Administração, que também era diretor empregado. No caso, prevaleceu o entendimento de que os arts. 45, § 3º, da Lei nº 4.506/1964 e 58, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 1.598/1977 vedam amplamente a dedução de participações atribuídas a administradores, sendo irrelevantes o vínculo celetista e a adesão a programa estruturado nos moldes da Lei nº 10.101/2000.

CARF entende que a falta de subconta de AVJ não impede diferimento do IRPJ

Acórdão nº 1102-002.081

A 1ª Seção do CARF, por maioria, negou provimento ao recurso de ofício e manteve o cancelamento do auto de infração de IRPJ e CSLL lavrado em razão da ausência de subconta nas Avaliações a Valor Justo (AVJ) de operações de *hedge*. No caso em questão, prevaleceu o entendimento de que a exigência do art. 13 da Lei nº 12.973/2014 é atendida pelo registro em contas segregadas e rastreáveis, e que a equivalência patrimonial reflexa não configura renda realizada.

Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

CARF

CARF mantém autuação por aplicação indevida da alíquota de 2% do GILRAT

Acórdão nº 2001-008.702

O CARF manteve autuação contra uma cooperativa vinícola pela aplicação indevida da alíquota de 2% do Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho (GILRAT). O Colegiado entendeu, a partir de uma discussão de legalidade, que a majoração para 3% não configura aumento de tributo por ato infralegal, pois as alíquotas estão previstas na Lei nº 8.212/1991, cabendo ao regulamento o enquadramento da atividade conforme o risco. Também afastou a análise de inconstitucionalidade do Decreto nº 6.957/2009, conforme o RICARF e a Súmula CARF nº 2.

Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

CARF

CARF exige tributos suspensos de *drawback* por falta de vinculação física nos registros de exportação

Acórdão nº 3002-004.607

O CARF negou provimento ao recurso do contribuinte, decidindo que o adimplemento no *drawback* suspensão exige prova a cargo do beneficiário, de modo que a ausência de indicação do ato concessório e do código próprio nos registros de exportação descaracteriza a vinculação física obrigatória para fatos anteriores a 28/07/2010 (Súmula CARF nº 227), tornando devidos os tributos suspensos.

CARF afasta a incidência de IOF sobre AFAC ante a ausência de prazo-limite para capitalização

Acórdão nº 3101-005.245

O CARF afastou a cobrança de IOF exigida sob a presunção de mútuo entre partes relacionadas. O Colegiado firmou a tese de que inexiste na legislação dispositivo que estipule prazo decadencial ou limite temporal para a conversão de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC). demonstrados o caráter irrevogável e irretratável dos repasses e sua efetiva destinação ao capital social da investida, fica descaracterizada a operação de mútuo, sendo indevida a autuação fiscal.

Tribunal de Impostos e Taxas

TIT

TIT afasta solidariedade de *holdings* por falta de interesse comum em acusação de fraude no ICMS-ST

AIIM 5024049-3

O caso envolveu uma indústria de cosméticos que vendia seus produtos a distribuidoras do grupo por 20% do preço real, reduzindo a base de cálculo do ICMS-ST, enquanto as revendas ocorriam pelo valor cheio. O TIT manteve a cobrança e a responsabilidade das compradoras que participaram da simulação. Porém, excluiu do polo passivo a controladora e a consultora do fundo investidor, autuadas exclusivamente com base no interesse comum. De acordo com o Tribunal, controlar as empresas e ter suposta ciência da fraude não basta; é preciso praticar o fato gerador em conjunto.

Site
www.lavezcoutinho.com.br

E-mail
contato@lavezcoutinho.com.br

Endereço
Rua Alves Guimarães, 1120
1º andar | Pinheiros | São Paulo/SP

